

O Democárcere: a breve experiência de ruptura da tradição de silenciamento na prisão¹

Gustavo Lucas Higa (Universidade de São Paulo – USP)

São Paulo

2015

¹ ANDHEP, GT.10, I Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.

1) Introdução

A década de 1980 foi um período de mudanças na configuração do sistema político no Brasil, momento em que o processo de transição democrática teve início. As expectativas de mudança eram altas, assim como eram muitas as iniciativas para situar as instituições no novo modelo político em processo de consolidação, em busca do desmonte do regime anterior.

A prisão, mecanismo de controle social utilizado, em grande medida, como principal respaldo para as decisões do regime militar, também estava na agenda de reformas. Foi nesse momento que se buscou implantar a chamada *Política de Humanização dos Presídios*, que, em geral, procurava situar a prisão na democracia nascente e desmontar a tradição de arbitrariedades e desassistência governamental nesses espaços. Um fator foi decisivo para os avanços – ou tentativas de avanços – na direção da humanização penal: a eleição de André Franco Montoro como governador do Estado de São Paulo e José Carlos Dias como Secretário de Justiça.

Em 1983 foi eleito André Franco Montoro como governador de São Paulo, primeiro candidato eleito por voto direto, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição que o regime militar permitiu existir legalmente. Montoro tinha amplo apoio do clero progressista, liderado por D. Paulo Evaristo Arns, assim como de setores intelectuais e políticos de esquerda, que participaram ativamente das propostas e deliberações para que o projeto da democratização se colocasse em movimento (VIEIRA, 2005).

A Secretaria de Justiça foi exercida por José Carlos Dias, advogado com experiência junto à Comissão de Justiça e Paz, que teve papel importante na defesa de presos políticos no regime anterior. Dias assumiu um cargo extremamente sensível e cheio de empecilhos, sobretudo em um momento de transição democrática.

Nessa gestão a política de humanização nos presídios foi pensada e aplicada em São Paulo. Foi um momento de grande investimento em reformas e criação de novas propostas no sistema penitenciário, pois a situação era politicamente propícia e favorável para tanto; mas, como esperado, as tentativas de reforma não ocorreram sem resistência: logo após o início do processo humanizador da pena correram reações

contrárias de alguns setores sociais, principalmente por parte de políticos e as equipes administrativas dos presídios, alegando que as reformas de “abertura” seriam prejudiciais para a segurança e disciplina.

Em geral as propostas da Secretaria de Justiça visavam enquadrar a situação prisional aos cuidados da lei e dos valores democráticos na perspectiva dos direitos humanos. A abertura de canais de comunicação e representação direta para os presos foi sempre uma pauta importante, mas não era discutida e planejada sem que reações contrárias ocorressem, tanto por parte da administração e, curiosamente, conforme veremos, também por parte de alguns presos.

2) *O Democárcere*

Uma das propostas de abertura foi a criação de um jornal organizado e escrito por presos, que circularia dentro e fora dos muros da Penitenciária do Estado, com patrocínio da Secretaria de Justiça. Analisaremos aqui esse jornal chamado *O Democárcere*, que é um documento interessante em muitos aspectos, sobretudo a maneira como um grupo de presos selecionou temas que para eles eram relevantes para exposição.

Foi no fim da gestão de José Carlos Dias, em 1986, que um grupo de aproximadamente vinte detentos teve a iniciativa de produzir e publicar um jornal destinado à população da Penitenciária do Estado. A conjuntura política era favorável, apesar de frágil e instável, para que essa demanda fosse atendida e logo se formou uma equipe administrativa para a produção do jornal².

Essa iniciativa foi na contra mão da tradição de silenciamento e ausência de visibilidade pública que a prisão mantinha, pois a proposta abriu um canal de comunicação e expressão que deu “voz livre” aos presos, que se faziam conhecer publicamente e expunham suas impressões do mundo que os cercava abordando problemas e possíveis soluções.

² A gestão do jornal era composta por: Abner Guimarães (Editor), Henrique Moreno (Diretor de Redação), J.P.S de Almeida (Redator), Orlando Moreno (Redator), Valter Aparecido Bruschi (Redator), Ricardo de Souza (Diagramação), Suzana de Barros Freire (Diagramação), Manuel Monteagudo Poza (Diagramação), Milton Luciano (Relações Públicas) e José Luiz da Costa (Datilógrafo). Os colaboradores eram Simeão Lemos, Reny Focheto, Jóca, Roberto de Araújo, Ioshiro Ibusuki, José Isnard Martins, José Alves, Pastor Cyro Coning, Professor J.M Junqueira, Paulo Rogério, Ivanânia Bruschi, Raul Goliffmman e Guriatã.

Muitas foram as reações contrárias a qualquer política de abertura e humanização no sistema prisional. A justificativa era de que as “liberdades”, “regalias” e “afrouxamento punitivo” eram inadmissíveis para “bandidos”, e, ainda, que as reformas propiciariam o incentivo, fortalecimento e estruturação ainda maior da criminalidade. Esse período gerou debates acalorados e muitos se manifestaram contra as medidas de humanização. *O Democárcere* contou apenas com o primeiro e único volume, sendo encerrado logo depois, provavelmente como uma consequência dessa disputa.

O conteúdo dos artigos expressava preocupações com o dia a dia da prisão vivido pelos detentos, que na ocasião eram cerca de 1.300 (GOES, 2004). Os temas “intramuros” eram relativos à situação da prisão no Brasil, precariedade do atendimento médico, ausência de esportes, a questão da ociosidade, a manutenção da assistência religiosa, conscientização anti-tabagismo e incentivo a união dos presos visando apoio e proteção mútua. Os assuntos referentes às questões “extramuros” eram informações sobre campeonato de futebol, questão da criança e adolescente na criminalidade e a questão da mulher na sociedade. Veremos com mais detalhe esses itens.

3) A proposta do jornal e a “voz” por direitos

O Democárcere tinha como proposta constituir um canal de comunicação para veicular ideias, demandas, informações e, acima de tudo, a conscientização dos presos como sujeitos portadores de direitos. O próprio nome do jornal demonstrava sua orientação e o situava no momento político da época.

Amigo leitor, o nosso jornal tem objetivo construir, e construir também é nosso Lema. Sim, construir. Construir um canal para veicular nossas ideias, a fim de podermos demonstrar à Sociedade que nos segregou no cárcere, que somos seres humanos e sonhamos também com um mundo melhor, com uma sociedade justa, que temos as mesmas aspirações, como todos os homens, e que desejamos ser livres (*O Democárcere*, 1986, p.2, “Editorial”).

No conteúdo das notícias em geral, existe uma preocupação em desmistificar a imagem do preso como um pária sem salvação e um monstro anormal, imagem que diziam ter sido modelada pela própria sociedade. A proposta também foi a de mostrar o

caráter humano do erro e da possível remissão do mesmo; apresentar essa ideia não só para a sociedade fora da prisão, mas principalmente para a sociedade dentro dela.

Nosso jornal tem uma missão muito importante: construir uma nova imagem do elemento preso, mostrar nossa face verdadeira, que não é a do réprobo, a do pária, a dos homens sem futuro, sem consciência, mas dos elementos que sempre pagam muito caro pelos erros cometidos (Idem).

(...) esperança de sermos compreendidos em nossos propósitos de bem informar nossos irmãos sofredores que têm recebido tantas cargas de todos os setores da imprensa “parda”, que só se preocupa em assinalar o lado negativo do delinquente, fazendo com que nossa imagem seja sempre a figura distorcida do anti-social (...) (*O Democárcere*, 1986, p.2, “Injeção de Ânimo”).

Um mecanismo muito utilizado para que essa imagem fosse difundida era a imprensa, principalmente por meio do jornal e rádio. Em vários momentos acompanhamos nos artigos publicados no *Democárcere* a tentativa de expor uma defesa frente a essa imprensa que o tempo todo procurava demonizar os detentos, assim como desqualificar e, além, deslegitimar a política de humanização que vinha ocorrendo.

Não somos o dono da verdade e nem pretendemos ser, todavia, aspiramos poder apresentar a toda sociedade, uma análise feita no vasto mundo do crime, onde a verdade será encontrada por você, leitor que está habituado a receber informações de fontes ligadas diretamente ao problema (...) (idem, p.4, “Mundo do Crime”).

A população carcerária revoltou-se por seus direitos, em processo de consolidação, estarem sendo paulatinamente dificultados e muitas vezes destituídos. Por esse motivo era muito importante desconstruir essa imagem dentro e fora dos muros da prisão, fazendo uso do espaço, inédito até então, para veicular o ponto de vista dos internos.

Por que somos sempre lembrados pelo mal que praticamos no passado, ninguém se importa ou procura saber como é processada a nossa reeducação dentro dos presídios. Quem não errou uma vez na vida? Quem nunca cometeu algum tipo de contravenção? Quem nunca infringiu uma norma legal? Quem errou não merece redenção? A justiça pode servir de instrumento da vingança pública? Não! Será que um indivíduo terá de pagar pelo resto da vida por um erro cometido? Já não bastam os anos vividos na prisão? –

Sim. Esta deveria ser a resposta à questão. Será que somos lembrados só nos piores momentos? Será que só servimos de joguetes nas mãos de maus políticos e radialistas manipuladores da opinião pública? (*O Democárcere*, 1986, p.4, “Um grito de alerta”).

4) O dia-a-dia na prisão

Sobre a religião

A religião foi um tema abordado nas páginas do jornal. Os textos relatavam a importância da presença regular da religião cristã na prisão, assim como a conscientização imediata dos presos de que Cristo em breve voltaria, e, portanto, era necessário frequentar os cultos religiosos buscando a salvação. A notícia indica que a prática religiosa nos presídios estava em baixa, não apenas pela pouca adesão, mas também pela ausência de incentivo e investimento por parte da administração penitenciária. A demanda clamava por uma assistência religiosa imediata, com a justificativa de que era um fator fundamental para a reabilitação, transformação e libertação do homem preso.

O DEMOCARCERE faz um apelo às dignas autoridades deste Instituto Penal, no sentido de que se examine a questão do funcionamento regular das atividades religiosas tradicionais. (...)

Sugerimos que as duas diretorias a de Reabilitação e a de Segurança, harmonizem-se no sentido de viabilizar os lugares e os horários destinados a cada forma de prestação de culto a Deus (*O Democárcere*, 1986, p.7, “A propósito dos cultos”).

Sobre o fumo

Uma das preocupações presentes era a questão da saúde do preso. Sabia-se que o atendimento hospitalar era precário, muitas vezes sequer existente. A questão do tabagismo era marcante na prisão: a maioria dos internos fumavam cigarros. Um dos textos tem caráter informativo sobre o caráter nocivo do cigarro e suas consequências para a saúde tanto do fumante quanto aos que ficam ao redor.

A bem da verdade, já ficou bem claro que o hábito de fumar é nocivo à saúde, já amplamente demonstrado através de muitas pesquisas mundiais. Mas, infelizmente e

lamentavelmente, o povo em sua maioria continua fumando. (...)

Prezados leitores, esperamos haver dado nossa humilde contribuição no combate ao tabagismo. Aceitamos cartas e sugestões para esse assunto, que considero de grande importância para a nossa saúde e daqueles que estão ao nosso redor (idem, p.10, “Fumar: um vício ou um hábito?”).

Sobre o trabalho e a ociosidade

O trabalho também foi tema presente no jornal. Em linhas gerais, argumenta-se a importância de tal atividade na penitenciária, não só o trabalho em si, mas as formas e as condições do mesmo. O maior problema, além da ociosidade, seria a situação financeira do detento, que em geral é muito precária e não pode sustentar minimamente os familiares que estão fora da prisão, o que torna a situação desesperadora, pois esses mesmos familiares com poucos recursos que auxiliam o parente preso financeiramente. O apelo por uma atividade minimamente remunerada é feito para que o preso possa sustentar-se sem ajuda externa, fazendo valer dessa forma um direito.

Tendo observado o problema do trabalho existente nesta Casa e sentindo na pele o angustiante clima de ociosidade que reina no ambiente, decidimos escrever este artigo para externar uma ideia que não é apenas nossa, mas de todos: a falta de trabalho para os internos (idem, p.14, “Trabalho para todos”).

Um dos maiores problemas dessa Penitenciária e, pelo que nos consta, de todo o Sistema, é que nessa década as prisões se transformaram num “Paraíso de Ociosos”, como qualquer burro sabe, é um inferno (idem, p.15, “Crítica”).

Sobre o esporte

Uma coluna interessante presente no jornal trata de modalidades esportivas, tanto dentro quanto fora da prisão. As que se referem ao esporte fora da prisão são notícias gerais do andamento do campeonato de futebol como times, classificação no campeonato, número de gols, atletas e etc. Sobre o esporte dentro da prisão, existe a demanda por mais atividades esportivas além do futebol, como por exemplo, vôlei,

basquete, corrida de fundo, xadrez, dama e etc. Dessa forma, a dinâmica intramuros seria melhorada e a ociosidade seria combatida (idem, p.11, “Futebol: prato único?”).

5) Em defesa da humanização e das Comissões de Solidariedade

O principal símbolo das políticas de humanização dos presídios foi a experiência inédita de implementação de um canal de comunicação e representação oficial de presos no sistema penitenciário paulista; essa instituição foi chamada de Comissões de Solidariedade, que começaram a operar em março de 1983.

De acordo com o estatuto de fundação, as comissões funcionavam, em linhas gerais, da seguinte forma: um preso representante seria eleito por voto direto partindo dos demais presos, mas somente se apresentasse bom comportamento e disposição de cooperação com a administração – uma espécie de “ficha limpa”. Ele seria o porta-voz dos presos e possuiria algumas responsabilidades como representá-los e transitar com maior flexibilidade pelas instalações do presídio com a finalidade de averiguar a situação de todas as pessoas, lugares, higiene, condições de habitação e solicitar transferências tanto de detentos quanto de funcionários, tudo encaminhado diretamente para Secretaria de Justiça.

Após algumas semanas, uma parcela do setor político iniciou reações contrárias à existência das comissões e ao programa “humanizador” como um todo, em uma tentativa de constranger perante a sociedade aqueles que defendiam a aplicação dessa política, sendo a imprensa o suporte para intensificar as disputas (GOES, 2004, p.39).

A justificativa para a obstrução de tal programa era de que as “liberdades” e “regalias” afrouxavam a rigidez penal e estimulavam a organização interna de facções criminosas. Gerou-se um rumor que articulou de forma conflituosa os envolvidos: a denúncia da organização *Serpentes Negras*, que, segundo o delator, era um grupo criminoso organizado que se infiltrou nas Comissões de Solidariedade e agia por meio delas. O objetivo de tal facção seria o controle do sistema penitenciário paulista (ALVAREZ; SALLA; DIAS; HIGA, 2014).

O ponto forte da acusação foi o vínculo entre as comissões e as “serpentes”, com a proposta de deslegitimar as políticas de humanização. A população carcerária imediatamente revoltou-se com tal acusação, alegando que era uma clara tentativa de

acabar com os avanços que tinham conseguido com o programa no ponto de vista dos direitos.

Em 84 em uma atitude claramente política, usando a penitenciária como arma de conspiração, alguns membros do judiciário, muitas outras autoridades e também componentes da imprensa, querendo desestabilizar a política humanística e reformadora que se estabelece em todo o país a partir de 82, teceram e engendraram severas críticas ao Executivo. Denunciando que, por conivência do Executivo, se estavam formando na Penitenciária do Estado varias organizações para fins criminosos. Denúncia esta maquinada diabolicamente e jamais comprovada pelos seus pretenciosos denunciantes (idem, p.5, “Quem está se beneficiando com o problema carcerário”).

Não entraremos em detalhes sobre o caso das “serpentes”, mas é importante ter em mente essa situação conflituosa de “troca de acusações” para situar o momento em que o jornal estava circulando, pois, lembremos, ele era um canal de comunicação e expressão dos presos, que manifestavam suas posições acerca da realidade do cárcere e, sem dúvida, esse evento agravou a instabilidade da prisão. Tendo essa situação em mente, continuemos.

O atual sistema penitenciário tem sido abalado pela avalanche de notícias negativas acerca de certos crimes bárbaros perpetrados contra a sociedade por alguns maníacos e esses crimes tem sido causa de uma série de generalizações por parte dos defensores da própria moral pública (idem, p.4, “Mundo do Crime”).

Uma das matérias publicadas abordou justamente a situação das Comissões de Solidariedade, cobrindo o evento da segunda eleição de representantes na Penitenciária do Estado. O texto demonstra a importância desse programa implantado por José Carlos Dias e seus benefícios, como mediar e as relações entre os presos e entre a administração, representação direta, canalização e exposição de demandas e etc.

Algumas passagens do texto deixam evidente que se tratava de uma tentativa de defesa das duras críticas que o programa vinha recebendo, como podemos notar no próprio título da matéria: “Comissão de Solidariedade, um mal que veio para o bem. As críticas, as conquistas e as experiências de um grupo que esquece de si para lutar pelos interesses da massa carcerária” (idem, p.8, “Solidariedade”).

A política de humanização dos presídios, implantada pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Prof. André Franco Montoro, e também pelo Secretário de Justiça, Dr. José Carlos Dias, está mostrando que qualquer ser humano, desde que apoiado e respeitado por pessoas idôneas, tem condições de mostrar seu lado bom, tem condições de progredir e tem condições de ser útil a qualquer sociedade (idem, p.5, “Chega de piche”).

6) O mundo do crime

A criança e adolescente no crime

Abordando o tema dos jovens em conflito com a lei, o jornal problematiza as estratégias do poder público para lidar com esse problema, e mais, acusa esse mesmo poder de negligência e responsabiliza a sociedade por esse abandono, sendo o menor abandonado um fruto dessa mesma sociedade.

Nos dias que correm, o problema do menor abandonado vem-se constituindo em um dos mais terríveis espinhos encravados na moral de cada um, especialmente na moral política do nosso País e dos nossos governantes. (...)

O PROBLEMA DO MENOR NÃO É UM PROBLEMA DO MENOR, é problema de todos aqueles que se consideram adultos, e, em última análise, um problema nosso, de todos os brasileiros responsáveis (idem, p.6, “O menor nosso de cada dia”).

Continuam ainda que, na grande maioria das vezes, esse abandono se reflete nas escolhas e trajetória de vida do jovem, pois, sem muitas oportunidades de amparo, acaba tendo nas instituições penais a experiência de aprendizado e iniciação no mundo do crime como um meio de vida e sobrevivência. Todas as oportunidades de acesso e inclusão social – como ensino, lazer, cultura e etc – foram negadas, exceto a “oportunidade” de inclusão no sistema penal.

(...) “presidiário” que um dia foi menor, quase sempre desamparado e conhece o quanto são boas as “escolas Febens” que dão o pré-ensino aos bandidos-mirins que fatalmente virão atingir o último grau do aprendizado nas penitenciárias do Brasil (idem, p.6, “Menor: um problema insolúvel?”).

Uma vez que a importância do tema sido apresentada, concluem a necessidade imediata de atenção ao problema por parte da sociedade e principalmente por parte dos dirigentes governamentais.

Entra Governo, sai Governo, mas a política a tal respeito continua a mesma: mais presídio, mais presídio, mas nenhum governante parece ter coragem de meter seu machado na raiz do problema, isto é, procurar investir no menor abandonado, no menor carente, no menor delinquente e em todos os demais que vivem sob os mais diversos rótulos congêneres. (...)

Nós acreditamos que a culpa é de todos. Não devemos esquecer-nos de que a criança é, ainda, a nossa moeda mais forte (idem, p.6, “A criança ainda é nossa moeda mais forte”).

Sobre a mulher

Analisando a situação da mulher no sistema penitenciário chega-se à conclusão da precariedade desse setor até então completamente ignorado. A notícia aborda a desigualdade de oportunidades, machismo, diferença de tratamento e acesso a direitos, como por exemplo, receber visita conjugal.

Segundo a reportagem, nas penitenciárias femininas as visitas íntimas seriam proibidas, tendo como justificativa a possibilidade de gravidez e, uma vez que de fato ocorra, a administração penitenciária não teria como lidar com a situação da gestante e do recém-nascido no espaço da prisão. Para sanar esse tratamento desigual, o jornal se posiciona argumentando que a administração penitenciária deve tratar de forma igualitária, homens e mulheres, dando apoio para as visitas conjugais e distribuindo anticoncepcionais (idem, p. 13, “A mulher no sistema”). Muito mais do que uma análise ou denúncia, a notícia pretende abrir espaço para iniciar uma discussão ampla sobre a mulher na prisão.

Nesta nossa 1ª Edição procuramos nos lembrar do que de mais importante deveríamos colher e atribuir espaço em nosso Jornal.

Partindo desse princípio dividimos o Jornal em 16 páginas, atribuindo a VOCÊ MULHER, sem distinção de raça, cor, credo, estado civil, partido político, classe social, exercício ou nível cultural, que queira participar conosco nesse trabalho, que pretendemos levar avante com toda a seriedade, enviando-nos suas opiniões para serem

publicadas, sejam elas críticas, de sugestões, ou simplesmente falando. Todas serão bem recebidas por nós, sem nos importarmos com a função que você ocupe na Sociedade (idem, p. 13, “Mulher”).

Por fim a equipe saúda a deputada Ruth Escobar, intitulada “a primeira Dama do Teatro Brasileiro”. A deputada vinha realizando projetos de disseminação cultural na prisão por meio do teatro e era vista pelos detentos como um dos maiores símbolos femininos da luta pela igualdade da mulher (idem, p.13, “Ruth Escobar”).

Em defesa da união

A característica mais marcante do conteúdo do jornal é uma espécie de apelo para a tomada de consciência que orientaria os presos a se unirem em solidariedade e proteção mútua para fazer frente às falhas e arbitrariedades presentes na realidade da prisão. Conforme vimos, o jornal era direcionado não apenas para um público em geral, mas principalmente para os próprios detentos, pois era, além de tudo, uma canal de informação entre eles mesmos.

Chamaram a atenção para um problema estrutural da prisão que acarreta muitos outros: a superlotação. O jornal aponta para essa realidade que era um grande agravante da situação carcerária e deveria ser revertido imediatamente ou, caso as autoridades não tomassem uma atitude, seria da alçada deles, os presos, se organizarem para compor melhores condições de vida.

A superlotação carcerária é apontada como responsável pela situação em que se encontram as cadeias públicas e os presídios da Capital e do interior (idem, p.12, “Semi-aberto na penitenciária”).

O jornal ainda expõe uma questão que provavelmente não foi abordada por nenhum veículo de informação no período: o papel dos presos na disciplina e pacificação interna da prisão. Segundo o jornal, os internos estavam trabalhando, na esteira das políticas de humanização, para que o ambiente da prisão se tornasse mais seguro e pacífico.

Nunca a Penitenciária do Estado se encontrou como se encontra agora, a disciplina é exemplar, não mais se veem destruições entre companheiros, como ocorria em tempos passados, não muito distantes. Parece que a população carcerária descobriu que não adianta nos destruímos entre nós mesmos e o que precisamos é nos unir cada vez mais,

a fim de mostrarmos à sociedade que somos gente, que pensamos, como seres humanos, que queremos um dia viver normalmente junto a esta sociedade que hoje nos critica (idem, p.5, “Chega de Piche”).

O jornal argumenta que em meio a esse ambiente hostil e instável que é a prisão, ainda existem rígidos códigos de conduta que são informalmente aplicados entre os presos para manter a ordem interna; tarefa essa que o poder público não conseguia realizar de forma eficiente.

(...) até mesmo os presos repudiam certas atitudes praticadas por marginais e não é segredo de ninguém que certos delinquentes, quando são mandados ao cárcere, são submetidos a um segundo julgamento, onde o próprio encarcerado representa todos os papéis da Justiça e, se as ações do delinquente estiverem fora de um determinado campo de tolerância, este será condenado também pelos seus iguais, ficando provado assim que, se dependesse da participação da população carcerária para baixar o índice de crimes violentos, esta espécie de dolo não existiria mais ou, se existisse, seria atributo de personalidades psicopáticas, auto programadas para esse fim (idem, p.4, “Mundo do crime”).

O artigo intitulado “Vamos dar as mãos” talvez seja o que mais represente esse chamado por união entre os presos. Nele manifestam o conhecimento das dificuldades que enfrentam e que enfrentariam em relação à circulação da primeira edição do jornal. A expectativa era a de continuidade das publicações, mas sabemos que esse não foi o caso, pois O Democárcere foi fechado logo em seguida.

Acreditaram na nossa força e no nosso equilíbrio e estão nos apoiando, cientes de que sempre estamos dispostos a dar as mãos em torno de todo objetivo que possa de alguma forma construir ou ajudar na construção do nosso futuro, por isto querem participar desta corrente.

E nós estamos felizes, porque depois de tanta luta teremos as nossas edições regularmente e o nosso jornal oficializado pelas mais altas autoridades do Estado. E para que isto tenha êxito completo, temos apenas de continuar de mãos dadas, como sempre.

A todos, o nosso muito obrigado (idem, p.2. “Vamos dar as mãos”).

7) Em memória do Groupe d'Information sur les Prisons (GIP)

Michel Foucault (1956 – 1984) tornou-se referência nos estudos prisionais principalmente após a publicação de *Vigiar e Punir* (1975). Grande parte do livro foi resultado de sua participação na mobilização que deu origem ao Groupe d'Information sur les Prisons (GIP), em 1971, liderado por intelectuais que se articulavam com o intuito de denunciar e tornar pública as condições degradantes do sistema penitenciário francês.

Após as agitações de maio de 68, o Estado Frances buscou recuperar sua autoridade por meio de diversas medidas repressivas. Entre elas estavam a investida para a dissolução do grupo maoísta da esquerda proletária e a criminalização de manifestações públicas. Nesse processo muitos ativistas políticos de esquerda foram presos e então tiveram contato com presos comuns e as condições precárias do encarceramento. Dentro da prisão, as lutas políticas travadas pelos presos comuns foram intensificadas com o auxílio dos “novos presos militantes”, que desencadeou uma série de motins. Essa experiência possibilitou chamar a atenção de alguns intelectuais mais engajados politicamente. Nesse contexto surgiu o GIP, tendo como idealizadores: Jean-Marie Domenach, Michel Foucault e Pierre Vidal-Naquet.

A postura intelectual de Foucault pretendia escapar às formas tradicionais de mobilização política que os marxistas de esquerda desempenhavam até então. Não pretendia ser uma espécie de intelectual “porta voz”, liderando os oprimidos para a salvação, abrindo seus olhos para a realidade e dizendo-lhes o que e como fazer. A proposta era, ao contrário, criar condições e possibilidades para que o preso pudesse falar por si mesmo, como entendia seu papel em meio às agitações e expor a realidade em que vive sob sua própria perspectiva. Para o autor, os discursos formulados nas academias seriam mais qualificados levando-se em conta também o discurso daqueles que se encontram nas pontas, ou seja, ao falarmos sobre as condições da prisão e dos presos, devemos escutar também o que eles próprios têm a dizer (ALVAREZ, 2010).

Para tanto, um dos métodos era colher depoimentos dos próprios presos, dar voz e imagem a eles, para assim quebrar a tradição de silenciamento e invisibilidade que os detentos eram submetidos. O objetivo não era estimular a revolta por parte dos presos,

mas sim mostrar que seria inevitável, caso a situação de arbitrariedade e desassistência governamental persistisse. A experiência no GIP foi fundamental para orientar grande parte da produção não apenas de *Vigiar e Punir*, mas de todo um campo de investigação sobre a punição na sociedade moderna (ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013).

O GIP acreditava que a exposição da realidade seria fundamental para a problematização das condições da prisão, sobretudo sob a ótica de seus protagonistas; e, como vimos, *O Democárcere* tinha objetivos muito próximos aos do grupo.

Considerações finais

Sabemos que não eram todos os presos que participavam da confecção do jornal, assim como não eram todos que o liam. Em uma palavra: o jornal não representava o posicionamento dos 1.300 detentos da penitenciária, mas, ainda sim, era um espaço legítimo para canalizar opiniões e demandas usado por um setor engajado na prisão que procurava, de maneira mais ampla possível, reunir as “vozes” de todos, assim como deixava em aberto as propostas de conteúdo das edições que esperavam publicar regularmente.

Seja como for, a breve trajetória do *Democárcere* nos mostra uma dimensão afetada pelo advento das políticas de humanização, assim como a grande dificuldade de se implantar políticas de abertura e transparência sem que ocorram duras resistências. Recuperar na história essa experiência que, aparentemente foi inédita no Brasil, nos serve como primoroso material empírico que, acima de tudo, nos mostra a breve “voz” daqueles que até então não exerceram esse direito. Tal como a proposta do GIP, o jornal buscou dar voz e visibilidade a um ator até então completamente negligenciado pela esfera pública: o preso.

Levantamento Bibliográfico

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas, itinerário de uma pesquisa. *Tempo social*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991.

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil-Problemas e desafios. *Revista Usp*, n. 9, p. 65-78, 1991.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 62, 2013.

ALVAREZ, M. C. ; SALLA, F. ; DIAS, C. ; HIGA, G. “Serpentes Negras: fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)?” *Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, v. especial, p. 185-195, 2014.

ALVAREZ, Marcos César. *Punição, Poder e Resistências: a experiência do Groupe d'information sur les Prisons e a análise crítica da prisão*. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard. *O legado de Foucault*. 2010.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Zahar, 2009.

BERK, Bernard B. Organizational goals and inmate organization. *American Journal of Sociology*, p. 522-534, 1966.

COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Editora Espaço e Tempo, 1987.

DIAS, Camila C.N. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. “*Vigiar e Punir*”. Petrópolis: Vozes, 1984.

GOES, Eda Maria. *A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986*. IBCCRIM, 2009.

GOES, Eda Maria. *Transição política e cotidiano penitenciário*. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 2004.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso. Cortez Editora, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; DIMENSTEIN, Gilberto. O passado não está morto: nem passado é ainda. Dimenstein G. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMALHO, José Ricardo. O mundo do crime. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, n. 1, p. 72-90, 2007.

SALLA, Fernando. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 71, p. 364-390, 2008.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. Annablume, 1999.

SYKES, Gresham M. The society of captives: A study of a maximum security prison. Princeton University Press, 2007.

TEIXEIRA, Alessandra. Prisões da exceção: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo. 2009.